



SENADO FEDERAL

EMENDA

Nº 1

(De Plenário)

(à PEC nº 57-A, de 1999)

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 243 da Constituição Federal, na forma do art. 1º do Substitutivo da Câmara à Proposta de Emenda à Constituição nº 57-A, de 1999:

"Art. 1º

"Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo definido em lei, serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

....."

Sala das sessões, em

JUSTIFICAÇÃO

É ponto de consenso que todos repudiamos com veemência a exploração humana. O trabalho escravo, ou a condição de trabalho análoga à de escravo, é uma degradação do ser humano que deve ser combatida e erradicada em todos os países.

O Substitutivo da Câmara à Proposta de Emenda à Constituição nº 57-A, de 1999, quando aprovado, constituirá importante instrumento para o enfrentamento desse grave problema no Brasil pois, entre outros aspectos, busca estabelecer a expropriação de propriedades rurais e urbanas onde forem localizadas a exploração de trabalho escravo.

Entretanto, a redação proposta para o *caput* do art. 243 da Constituição Federal padece de vício que, se aprovada na forma como está redigida, resultará em dispositivo com comando aberto, genérico, deixando ao arbítrio da fiscalização a interpretação do conceito a ser aplicado para definir o que possa vir a ser considerado "trabalho escravo".

O vício aqui referido é combatido pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

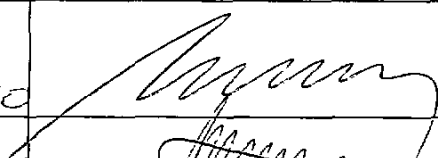
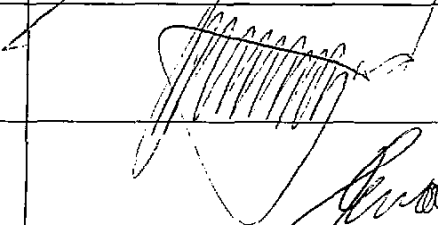
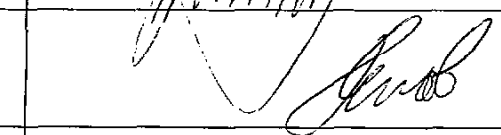
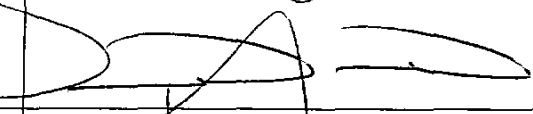
Naquele diploma legal, é determinado em seu art. 11 que as disposições normativas devem ser redigidas com "precisão", de modo a "*ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma*".

A toda evidência a redação prevista pela PEC 57-A, de 1999, não é precisa ao se referir ao "trabalho escravo", sendo possível presumir graves injustiças na aplicação da norma sem uma regulamentação específica.

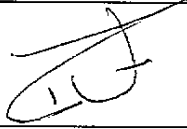

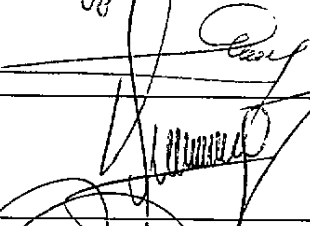
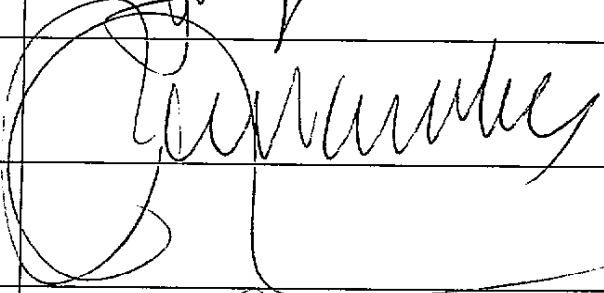
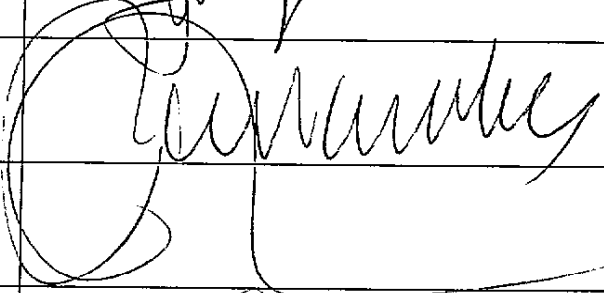
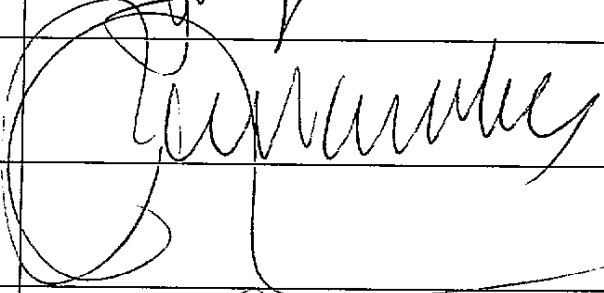
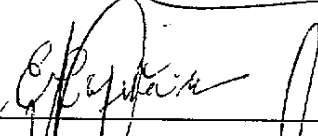
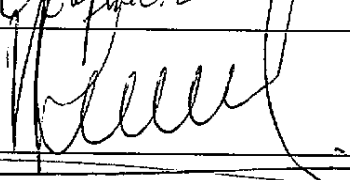
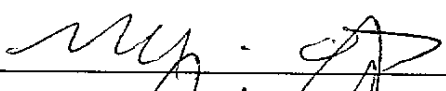
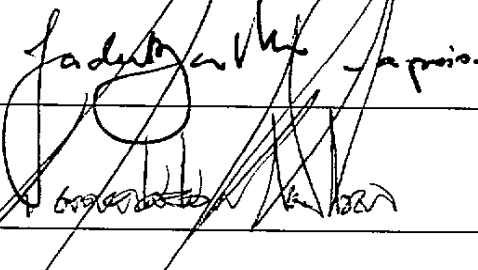
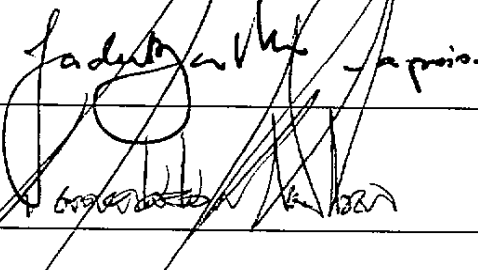
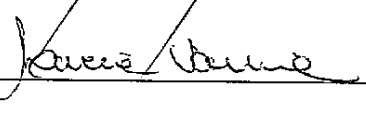
Por todo o exposto, apresentamos a presente emenda com o objetivo de deixar claro que o comando previsto para o caput do art. 243 da Constituição Federal não será auto-aplicável, carecendo de regulamentação a ser definida pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

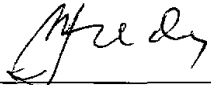




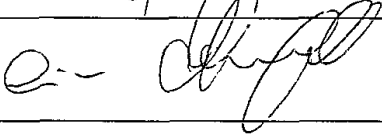
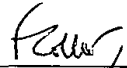

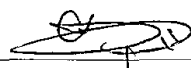



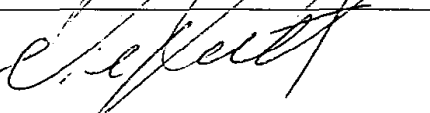
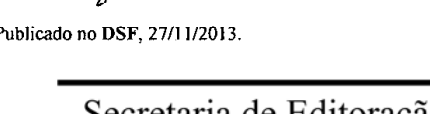

Senador SÉRGIO SOUZA

NOME	ASSINATURA
Emílio Azeite	
VALDIR RAUPE	
ILCO CASSOL	
WALDIR DUKE	
ILDIRA B MUP	ILDIRA B MUP

Emenda ao Substitutivo da Câmara à Proposta de Emenda à Constituição nº 57-A, de 1999, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.

RUBEN TRACINDO	
OSVALDO SOBRINHO	 PTB-MT.
Paula Amélia (PP-RS)	
Acie GREGAZ	
JARBAS	
ROBSON TRACINDO	
SPITACIO CAFETEIRA	
UICENTUHO FLES	
MARIA DO CARMO	
JASON BANHOLHO	 - a pois.
FLEX RIBEIRO	
JANEIRO JANEIRO	

Emenda ao Substitutivo da Câmara à Proposta de Emenda à Constituição nº 57-A, de 1999, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.

	ALFREDO NASCIMENTO
	
	EMERSON BRAGA.
	LOBÃO FILHO
	CICERO LUCAS
	FERNANDO COLAR
	WILSON MOTA
	CASSILDO
	BEAÍRO MAGGI
	ELNO HIRANDA
	AGRIPINO
	ROMERO SCAÍ
	AURÉLIO GONÇALVES

Publicado no DSF, 27/11/2013.

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS:17425/2013